



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 14 DE NOVEMBRO DE 2001**

*Meu caro Vice-Presidente, Marco Maciel; Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet; Senhor Presidente em exercício da Câmara, Deputado Efraim Moraes; Ministro Aloysio Nunes Ferreira; Senador Ney Suassuna, Ministro de Estado da Integração Nacional; Deputado Arthur Virgílio, que é o Ministro de Estado-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; Ministros de Estado aqui presentes; Governadores, Líderes, Parlamentares; Senhoras e Senhores,*

Quero, antes de mais nada, agradecer a cooperação que foi prestada pelos Ministros que estão, neste momento, transmitindo seus cargos.

Começo pelo Ministro da Justiça, José Gregori, que deixa o Ministério para assumir as funções de Embaixador do Brasil em Portugal. O Ministro José Gregori é figura conhecida e querida. Basta dizer que, ontem, na Comissão do Senado, em que ele apresentou suas idéias para representar o Brasil em Portugal, foi aprovado por unanimidade. Não é fácil no Senado da República, uma Casa política, onde normalmente, e é justo que assim seja – mesmo aqueles que têm

uma relação de afinidade, às vezes, marcam posição –, ter sido reconhecido o valor do Ministro José Gregori.

O Ministro José Gregori, além de ser companheiro de muitas décadas, se desempenhou a contento numa Secretaria nova, que foi a Secretaria dos Direitos Humanos. Foi Secretário Nacional dos Direitos Humanos e, de alguma maneira, incorporou a linguagem da política brasileira a este tema, que é muito sensível sobretudo para nós que, de longa data, participávamos de lutas para ver o Brasil sendo considerado como um país respeitador dos direitos humanos.

O Ministro José Gregori, desde a época dos chamados “anos de chumbo”, participou ativamente das lutas em defesa da integridade das pessoas, do respeito à pessoa humana. Foi Presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, e quando assumiu essa posição de Secretário Nacional dos Direitos Humanos, fez com que o Brasil, no concerto geral do mundo, se distinguisse. Tanto é assim que ele recebeu um prêmio importantíssimo, que foi o Pêmio Mundial de Direitos Humanos, que lhe foi dado pela ONU, pelo que foi feito aqui no Brasil, sobretudo pelo que abriu em termos de um compromisso que, hoje, temos nacionalmente – o da implementação de uma política de defesa dos direitos humanos, de combate à tortura, prática infelizmente ainda corrente em muitas partes do Brasil. Mas, me orgulho de dizer, em nenhuma repartição da Polícia Federal jamais – depois que assumi a Presidência – houve qualquer alegação de coação no que diz respeito à integridade da pessoa e ao respeito aos direitos humanos.

Em função disso, convidei o Ministro José Gregori para assumir a pasta da Justiça. E posso lhes dizer que vivemos um momento excepcional, de bom relacionamento entre os vários órgãos encarregados da ordem pública, não só federais como estaduais, o que não é fácil. É alguma coisa bastante difícil de ser feita, dado muitas vezes o espírito, compreensivo, de competição e às vezes até de corporação que marca as nossas instituições. O Ministro José Gregori pairou acima dessas dificuldades, conseguiu estabelecer um excelente relaciona-

mento com seus colegas de Ministério e implementou o Plano Nacional de Segurança Pública.

Vez por outra, ainda vejo nos jornais que não se viu ainda o resultado desse plano. Talvez porque a imensa maioria da população brasileira não saiba das peculiaridades da questão da segurança pública no Brasil. A segurança pública é afeta constitucionalmente aos estados e não à União Federal. A União Federal suplementa, e suplementa basicamente em dois setores, ou três. Suplementa na criação de penitenciárias – temos um compromisso com vários estados –, estamos construindo muitas penitenciárias. Mas o compromisso fundamental, porque é até simbólico, é o de em algum momento, no ano que vem, junto com o Governador de São Paulo, eu assistir à implantação do Carandiru – de tão péssima memória na nossa história policial – e a sua substituição por uma rede de penitenciárias modernas que estão sendo feitas. Muitas já estão feitas. E são feitas, todas elas, com essa colaboração ativa do Governo Federal.

A segunda forma de colaboração do Governo Federal diz respeito ao fato de que nós estamos dotando as nossas polícias de equipamento adequado. Ainda recentemente, pude assistir diretamente, aqui, em Goiás, e com a colaboração do Governo do Distrito Federal, à distribuição de motocicletas, de aparelhos de transmissão e de viaturas para as polícias do Entorno de Brasília. E o Governador Joaquim Roriz e o Governador Marconi Perillo mostraram o entusiasmo que tinham ao receber essas viaturas e esses instrumentos para equipar a nossa polícia. Isso é fruto desse plano.

Em terceiro lugar, esse plano se orienta na direção de um treinamento dos nossos policiais.

E agora o Ministro Aloysio – e já falarei sobre ele –, que vai assumir a Pasta, terá a responsabilidade de levar adiante esse plano, agora condicionando o apoio do Governo Federal a medidas concretas nos estados, para que haja um entrosamento maior entre a Polícia Civil e a Polícia Militar. Sem isso, não vamos ter, nunca, segurança pública no nosso país. Esse plano foi implementado pelo Ministro Gregori, e eu agradeço a ele, efusivamente, o que fez.

Quero dizer que será substituído, Ministro Gregori, pelo Ministro Aloysio Nunes. O Ministro Aloysio Nunes é outra dessas figuras que dá prazer trabalhar com ele. Somos amigos também de longa data, embora ele leve vantagem sobre mim de 20 anos – o que não é o caso do Ministro Gregori –, mas, embora leve essa vantagem, somos amigos de velha data. Se me recordo bem, conheci o Ministro Aloysio Nunes em Paris. Ambos estávamos lá em Paris, em situação que não era igual. Eu era professor, ele estava chegando. Eu já tinha estado no Chile. Estava afastado da universidade por um ato de violência do AI-5. Ele, afastado do Brasil por outras razões que não eram iguais às minhas. Mas eu o conheci nessa data, em Paris. Desde então, mantivemos um estreito contato. Primeiro no PMDB, onde militamos juntos, depois no PSDB, onde ele hoje se localiza.

O Ministro Aloysio se notabilizou pela sua capacidade intelectual, pela capacidade de desempenho, como Parlamentar, de uma maneira sóbria, porém sempre firme, de defender os interesses do País. E por ter o trato cordial. Com essas características, eu o trouxe para ser o Ministro Secretário-Geral da Presidência da República, que é uma tarefa altamente espinhosa.

E ao assumir essa tarefa, que é altamente espinhosa – repito –, ele se houve muito bem. Estou vendo que há muitos Parlamentares aqui, e eles sabem da função-chave que é a Secretaria-Geral da Presidência. Sabem, também, como é difícil se desempenhar bem, pelas inúmeras pressões que, necessariamente, o Ministro-Chefe recebe aqui, para poupar o Presidente da República. E a crítica se dirige, geralmente, ao Secretário-Geral da Presidência. Assim, fica menos difícil de criticar o Governo, não precisando criticar diretamente o Presidente da República. É o Ministro pára-choques. Pois bem, o Ministro Aloysio se houve com raro brilho nessa matéria.

Tendo sido ele, no Congresso Nacional, um dos responsáveis e um dos relatores da reforma do Judiciário, me parece que tem todas as qualidades para, agora, assumir a função de Ministro da Justiça. Vai se desempenhar, tenho certeza, com o mesmo empenho do Ministro José Gregori e vai imprimir continuidade a esse Ministério da Justiça. E

sempre que se continua é preciso aperfeiçoar e inovar, porque, senão, a população espera sempre mais e não percebe a mudança. Vai inovar na mesma linha, vai levar adiante o programa de direitos humanos.

Quero aproveitar para agradecer também ao Embaixador Gilberto Sabóia, que teve um desempenho excepcional como Secretário Nacional dos Direitos Humanos. Ganhou respeito das organizações não-governamentais que tratam dessa matéria no Brasil e, agora, provavelmente, vai ser substituído na gestão do Ministro Aloysio pelo Professor Paulo Sérgio Pinheiro, que vai continuar na mesma linha. O Brasil pode ter certeza – e disso me orgulho, desde que assumi como Presidente da República –: o Ministério da Justiça, a Polícia Federal serviram para assegurar direitos e a ordem, e não para atropelar a ordem em nome de falsidades que perturbam a democracia. Nosso Ministério da Justiça, aqui, é um pilar da democracia, e vai continuar sendo agora sob o comando do Ministro Aloysio Nunes.

Agradeço a colaboração que o Ministro Aloysio Nunes prestou até agora, mas não preciso agradecer muito, porque vou continuar agradecendo pelo ano afora nas suas novas funções como Ministro da Justiça.

Quero dizer que o Ministro da Justiça vai ser substituído por uma queridíssima figura, que é o nosso Deputado Arthur Virgílio. Rendo aqui uma homenagem ao Arthur e ao Parlamento. Li o discurso do Arthur de ontem e os apartes que ele recebeu. É raro que um Líder do Governo tenha tido a unanimidade de seus pares. Quase cem aparteantes. Todos os apartes foram exaltando a lhaneza do Deputado Arthur Virgílio, a sua fibra, a sua capacidade de luta e nunca de perder a capacidade da ternura. Ele sabe em quem se inspirou ou em quem me inspirei para dizer essa frase. Firme, mas com ternura. Isso é o Arthur. Combatente duríssimo. Capaz de tocar a sua capacidade de diálogo e também de briga em qualquer terreno, mas sempre preferindo o terreno alto, elevado, construtivo, respeitando aquele com quem ele está debatendo, dando mérito àquele com quem está debatendo, mesmo quando dele discordando, mostrando ser, realmente, uma pessoa de novo tipo.

Raramente o Governo teve um Líder com tanta tenacidade – temos vários, muito bons Líderes do Governo –, mas raramente um líder com tanta tenacidade, com tanta capacidade de se inflamar e, ao mesmo tempo, de ser capaz de, num momento adequado, dizer aquela palavra que tira a tensão do ambiente e transforma o ambiente num ambiente para dar um passo adiante. Por essas virtudes é que escolhi o Arthur para continuar o trabalho do Aloysio. Tenho certeza de que o Arthur, nessa espinhosa missão, como já disse, se haverá com seus colegas sempre defendendo o que é bom para o País, os interesses do Governo, mas sempre atento às justas palavras de seus colegas. E saberá criar, aqui, neste Palácio, em continuação ao que fez o Ministro Aloysio, um ambiente acolhedor, no qual as discussões serão sempre discussões em que há de prevalecer o interesse do País. E todas as vezes que o interesse do País for concorde com os interesses de cada um, é natural que esse interesse de cada um possa ser atendido. De modo que me apraz dizer que vamos continuar trabalhando com esse mesmo espírito, aqui, no Palácio do Planalto.

Quero dizer também que, neste momento, estou dando posse ao Senador Ney Suassuna. O Senador Ney Suassuna é um trabalhador incansável. Os que o vêem no Senado sabem que ele não perde um minuto, e que o tempo todo está tratando de fazer com que os processos avancem, com que as leis sejam aprovadas e criando, também, um estado de espírito no Senado positivo para que haja um diálogo democrático. Vem da Paraíba. E me apraz dizer que nomeio, mais uma vez, um representante da Paraíba.

Sei das dificuldades da Paraíba e sei que o Ministro Suassuna terá o espírito de equilíbrio para fazer com que os que hoje são meus correligionários naquele estado não se sintam perturbados pela presença amiga de um Senador da Paraíba, senão que estimulados para um trabalho em cooperação. O Ministro Ney Suassuna tem essa capacidade de cooperar e de entender o jogo político. E quero dizer também, porque não o fiz há pouco, que me apraz muito dizer que o Ministro Arthur Virgílio vem do Amazonas, terra muito querida minha. Ele representará no Ministério o Amazo-

nas e o Norte do Brasil, que precisam sempre de um olhar muito especial da Presidência da República.

Mas o Senador Ney Suassuna terá como missão continuar aquilo que estava nas mãos do Senador Ramez Tebet, que hoje, para tranquilidade do Brasil, preside o Senado, que foi muito bem levado adiante nesse período de interinidade por quem o substituiu. Agora o Senador Suassuna terá a responsabilidade de implementar a antiga Sudam e a antiga Sudene. Viramos uma página da nossa história, uma página que teve glórias, mas que também teve percalços. Vamos retomar as glórias, se possível, e encerrar para sempre os percalços dessas instituições.

O Congresso Nacional está debatendo a matéria, e caberá ao Senador Suassuna me aconselhar para que eu possa, de uma forma adequada, complementar na designação das pessoas que vão levar adiante as novas agências, para que o progresso do Norte e do Nordeste se possa efetivar.

Há urgência, Senador Suassuna, para que nós separemos o joio do trigo e para que os bons projetos que existem na Sudam e na Sudene sejam continuados, e os maus projetos, encerrados. Mas que não se contaminem os bons pelos maus. Que os bons prevaleçam e possamos levar adiante aquilo que é tão importante para a Sudam e para a Sudene.

São esses os novos Ministros aqui empossados. Mas quero fazer uma referência muito especial ao Ministro que hoje se despede também, embora eu não tenha ainda designado o seu sucessor, é o Ministro Eliseu Padilha. Quero agradecer muito efusivamente e pessoalmente ao Ministro Padilha. Quem não conhece as dificuldades da Administração Pública pensa que basta o Ministro querer e as coisas acontecem. O Ministro Padilha fez o que pôde, com muita competência, para o que permitia um exíguo orçamento – e não culpo o Ministro Martus Tavares que está ao lado dele, de mãos dadas, e muito menos o Ministro Pedro Malan, mas as dificuldades do País –, para distinguir, com nossa ajuda, com a ajuda do Ministro Martus, as obras estratégicas para o Brasil.

Concentramos os recursos nas obras estratégicas que estão sendo levadas a efeito: a duplicação da BR-101, o Rodoanel, a BR-374, os portos, a remodelação do porto de Rio Grande, o novo porto de Sepetiba, o porto de Suape, o porto de Pecém, uma enorme quantidade de obras, a privatização de toda a rede ferroviária nacional. Enfim, a privatização de algumas estradas, como a via Dutra e a do Rio-Petrópolis. Enfim, uma enorme quantidade de trabalhos. Naturalmente, não pôde fazer aquilo que eu também queria: atender às demandas de todas as regiões do Brasil com a mesma capacidade que tivemos para atender às grandes obras. Mas atendemos. Atendemos bastante, dentro da exigüidade dos recursos.

Além disso, o Ministro Padilha é de uma lealdade exemplar. Nunca vi o Ministro Padilha, ao se referir ao que estava fazendo, nas dificuldades ou nos feitos realizados, deixar de mostrar a importância da estabilidade da economia, o apoio que o Presidente da República prestou a ele, aos seus programas e a sua idoneidade ao Governo no seu conjunto. Isso é um exemplo de comportamento que, no momento em que o Ministro se despede, quero registrar. Homem que foi capaz de, no nosso quadro político tão difícil, não só não desatender ao conjunto dos partidos, mas, sobretudo, atender ao que era importante para o Governo. Assim ele procedeu. Nunca ouvi do Ministro Padilha uma palavra de reclamação, até justa, pelos cortes de verbas que tínhamos que lhe impor. Pelo contrário, absorveu como se fosse falha dele, do Ministério dele aquilo que era uma impossibilidade material pelas circunstâncias da conjuntura fiscal do Brasil. Agradeço, pois, ao Ministro Padilha, imensamente, a colaboração que me prestou.

Senhoras e Senhores, apraz-me dizer e verificar que hoje, aqui, há tanta gente nesta posse de Ministros. Dir-se-ia que estamos iniciando um governo, quando estou no final do meu sétimo ano de mandato. Isso me apraz. Vejo muitos Parlamentares. Digo com júbilo: não tenho um Parlamentar que seja inimigo pessoal meu. Pode ter muitos que não gostem de mim, muitos que me critiquem, muitos que não estejam de acordo aqui e acolá, mas o nosso relacionamento com o

Congresso tem sido sempre cordial, tem sido sempre de respeito. Duvido que, em outros sete anos seguidos da República, tenha havido um relacionamento assim entre as instituições, representadas por seus Presidentes aqui, todas elas, inclusive a Justiça e o Executivo. Nós nos respeitamos mutuamente porque queremos ao Brasil, e porque sabemos da dificuldade que é trabalhar pelo bem do Brasil. Fico muito contente emvê-los, tão numerosos, aqui, neste Palácio. Posso dizer que essa continuidade vai haver.

O Ministro Arthur Virgílio deixa de ser o meu Líder no Congresso. Passa a ser Líder o Deputado Heráclito Fortes. Heráclito Fortes tem esse mesmo espírito. É um homem de paz, é um homem de diálogo, é um homem de construção. Então, Deputado Heráclito, esse ambiente que nós vemos aqui, que se deve ao prestígio dos Ministros, é um ambiente que nos dá satisfação e nos dá orgulho.

Quero lhes dizer, Senhores Ministros, que temos ainda um ano de governo. É muito tempo. Quando fui Ministro da Fazenda, em novembro de 93, o Brasil continuava sem saber o que fazer com a inflação. Nós, em poucos meses, domamos a inflação. Trabalhamos alguns meses antes para isso. Mas em novembro, não vou entrar em detalhes, pouca gente apoiava. O Presidente me apoiava. É verdade. Nunca neguei isso, e sempre repito. O Fundo Monetário tinha dúvidas e nunca apoiou. Eu me esfalfava indo ao Congresso para convencer os senhores congressistas de que precisávamos cortar o Orçamento pela metade. Conseguí. Cortamos 50% das verbas. Eu me esforçava para mostrar aos congressistas que não podíamos fazer o reajuste de salário pelo momento mais alto, chamado "pico", mas pela média, que era fundamental para acabar com a inflação. E conseguimos, em poucos meses. Temos muitos meses pela frente para trabalhar.

O Brasil não quer saber quem vai ser Presidente já. O Brasil quer saber se o Governo vai continuar governando. E vai até o final, com energia, vendo o processo político se desdobrar, respeitando as divergências entre os partidos e dentro dos partidos e buscando encaminhar uma solução que permita a mesma união que nos trouxe para cá, a mesma união de espírito, o mesmo espírito brasileiro, a

melhor crença no País, a crença na estabilidade – não é na moeda, não – do País, das instituições, da democracia, a convivência cordial e respeitosa para os próximos mandatos. Isso será feito, com tranquilidade. Não seremos conduzidos pela pressa de ninguém, nem de candidatos, nem de interessados, nem da imprensa. Só vamos estar sendo orientados pelos sentimentos do que é melhor para o Brasil e do que é melhor para o povo brasileiro.

Senhores Ministros, sobretudo os Ministros políticos que são todos que aqui estão, Senhores Líderes que aqui estão – o meu novo Líder, Artur da Távola, no Senado, que aqui está, o meu antigo Líder, Arnaldo Madeira, que continua na Liderança na Câmara, além dos líderes partidários –, este é um momento em que nós precisamos de mais trabalho, de mais convergência para que possamos fazer o que o povo espera de nós.

Estamos conseguindo o que parecia impossível. No começo deste ano, todos diziam que o ano ia ser fantástico, com uma taxa de crescimento entre 4% e 5%. Enfrentamos a crise de energia – e aqui está o Ministro Pedro Parente, que se jogou de corpo e alma nessa matéria, o Ministro José Jorge, que está ausente do Brasil hoje. Estamos enfrentando essa crise, estamos superando a crise de energia.

Veio a crise da Argentina. Hoje, leio, ontem, no *Financial Times*, que o Brasil, finalmente, descolou da Argentina, e que é justo que se descole. Não porque a Argentina não seja querida nossa, nem que nós deixemos de ser solidários com a Argentina, mas porque as condições da economia brasileira, hoje, não precisam estar sofrendo o risco de terceiros países. Temos nossas próprias capacidades de decidir e de avançar. E é por isso que a taxa do real subiu, o dólar caiu e a taxa de juros do futuro caiu também, abrindo espaços – sabe Deus quando – para que possamos, também, diminuir a nossa taxa de juros aqui.

Num ano muito difícil, navegamos, pilotamos, superamos a crise de energia. Estamos nos descolando da Argentina. Veio a grande crise dos Estados Unidos. Olhem os números, vejam o que está acontecendo com a nossa economia. Olhem a nossa agricultura. Vejam as nos-

sas exportações. Vejam que com tantas dificuldades ainda ontem dizia o Ministro Pedro Malan que vamos crescer 2% ou 2,5%. Vou ficar com o palpite que ouvi nos Estados Unidos, do professor Alberto Fischlow, que foi o professor do Ministro Pedro Malan, que me disse: "Presidente, não se engane, vai ser 3% este ano no Brasil." Vai ser 3% este ano no Brasil se nós trabalharmos.

Ontem, o Governador do Mato Grosso, Dante de Oliveira, esteve comigo e me disse que está recalculando o produto interno bruto, o PIB, de Mato Grosso, com o IBGE, e que Mato Grosso, em 1999, cresceu 12%, e em 2000, 12%. Por que nós não podemos insistir na capacidade nossa, brasileira, de continuar avançando e vamos ficar o tempo todo só chorando pelas dificuldades? São muitas, mas a nossa energia, a nossa crença no Brasil são maiores do que as dificuldades. Vamos continuar levando o Brasil no rumo de crescimento.

Há, portanto, muito o que fazer. E é isso que o Brasil espera de nós, espera dos Ministros: é menos preocupação com o que não é tão importante assim. É saber lidar com o tempo. É, no momento adequado, sairmos às ruas em campanha, mas antes do momento adequado, o que o povo espera de nós é trabalho, e trabalho duro, para vencermos uma dificuldade ou outra, para abrir espaços. E aí quando chegar o momento adequado, tenho certeza, os nossos partidos saberão encontrar o caminho da união, o caminho melhor que nos leve à continuidade, não do Governo, não da presença do Presidente, nem sequer do estilo do Presidente, mas a continuidade da democracia, da estabilidade da economia, da crença no Brasil, do desenvolvimento, os novos caminhos que a população há de suscitar.

E aqueles que vierem a ser candidatos terão a percepção e a sintonia com o povo para avançar mais, sem se preocupar com o que o Presidente Fernando Henrique acha, se vai ser igual a ele ou não, porque não acho isso. Acho que cada um tem que ser igual a si mesmo. Mas nós todos temos que ser iguais ao sentimento do Brasil de cada momento. E o sentimento há de ser de outras coisas, melhores, com mais progresso, com mais emprego, com mais desenvolvimento, com mais estabilidade. E quando fizerem isso, não será a oposição

que o fará. E se o fizer, eu aplaudiria também. Mas não será. E vão continuar aplaudindo quem venha a nos suceder. Mas vamos deixar a sucessão para o momento adequado.

Agora é hora de trabalhar. Foi para isso que os convoquei. Terminei dizendo isso. Vão ganhar pouco. Vão ser muito criticados. Vão receber até alguma observação não tão justa dos que hoje estão aplaudindo, porque, de repente, não foi possível, naquele momento, atender ao telefone. Mas eu os chamei para isso mesmo.

E, a despeito de tudo isso, continuamos nessa caminhada, porque os conheço a cada um e tenho certeza de que vieram para que possamos, juntos, levar o Governo até o fim com iniciativa, avançando, trabalhando, criando e sem temer nada, a não ser o julgamento de Deus e da história.

Muito obrigado.